

# A QUESTÃO REGIONAL NA AURORA DO SÉCULO XXI

*Hoyêdo Nunes Lins<sup>(\*)</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este *paper* aborda o problema da unidade nacional e da coesão social em escala de país, tema candente em relação ao qual observam-se freqüentes notícias sobre episódios em realidades tão díspares como as de países europeus e africanos. O trabalho focaliza um contexto sócio-espacial específico, o brasileiro, onde a herança de profundas desigualdades regionais é repleta de conseqüências no atual período de evolução do capitalismo mundial. Embora o Brasil não se revele participante de primeira linha do jogo político-econômico global, são visíveis as marcas do seu engajamento em processos determinados nessa escala. Por exemplo, empresas multinacionais do setor automotivo vêm instalando novas fábricas no país, um processo só inteligível se relacionado às estratégias globais do grande capital. Entretanto, as regiões interessam de modo diverso às firmas: as mais industrializadas e ricas, com melhores infra-estruturas e serviços, tendem a canalizar a maior parte dos novos investimentos, o que suscita expectativas sobre o agravamento das históricas disparidades sócio-territoriais do Brasil. É lícito imaginar que esse processo pode representar combustível adicional para a latente crise federativa que se justapõe secularmente à questão regional brasileira.

O artigo discute o problema em foco ao longo de três seções, além desta introdução. Na próxima, aborda-se o tema geral do fortalecimento da questão regional no âmbito das transformações recentes na economia mundial, enfeixadas na globalização e na integração econômica supranacional. Na seguinte, focaliza-se o Brasil, recuperando aspectos da sua permanente crise político-territorial e concentrando em questões afloradas na década de 90: tendo como moldura a crise do Estado, que contribuiu para suprimir espaço de atuação às instâncias públicas, parece observar-se um recrudescimento da crise federativa e da questão regional no país, na esteira da globalização e da integração no Cone Sul e em sintonia com o próprio agravamento da situação de Estados federados e municípios desde meados da década em curso. Em terceiro lugar, sublinha-se a necessidade de uma efetiva reintrodução da política nacional de desenvolvimento regional na agenda pública brasileira. A globalização e a integração econômica representam riscos de fragmentação da economia nacional, com conseqüências para a própria unidade federativa, e isso torna necessário agir no sentido de minimizar efeitos negativos e evitar um desenvolvimento restrito a algumas poucas áreas, excludente.

## O BINÔMIO GLOBALIZAÇÃO-INTEGRAÇÃO E A QUESTÃO REGIONAL

Movimentos sociais de base regional, envolvendo populações territorializadas que compartilham traços culturais, padecem dos mesmos tipos de problemas e comungam aspirações gerais semelhantes, são observados com frequência ao longo da história. As forças que os impulsionam são variadas, mas via de regra são canalizadas através de reivindicações dirigidas aos poderes políticos centrais dos países onde ocorrem. O teor e a voltagem das demandas cobrem espectro onde, conforme o caso, perfilam-se desde exigências de maior participação em decisões de governo sobre problemas-chaves das realidades regionais, como parece o caso na Catalunha, até lutas com vistas à formação de novos países, exemplificadas pelas tentativas separatistas da província canadense de Quebec e do país basco, desdobrado entre Espanha e França. Como assinala Markusen (1981), esses movimentos regionalistas possuem objetivos claramente políticos e são em geral permeados pela idéia de opressão (cultural, econômica, política) exercida pelo Estado central.

Entretanto, subjazem às manifestações questões de naturezas diversas, com destaque para as que giram na órbita da economia e do desenvolvimento. De fato, configura-lhes esteio recorrente a opressão econômica, geralmente assimilada à persistência de diferenças inter-regionais de desenvolvimento e ao declínio ou à estagnação econômica regional. Gramsci (1987a) revela consciência sobre os fundamentos econômicos do regionalismo no *mezzogiorno* italiano quando assinala que a convivência, em situação de “centro-periferia”, entre o Sul rural e empobrecido e o Norte industrializado daquele país “...determina na Itália meridional a formação e o desenvolvimento de determinados aspectos de uma questão nacional, ...uma vivíssima luta de caráter regionalista e de profundas correntes em nome da descentralização e das autonomias locais” (p. 131). Mandel (1963) faz prova de visão semelhante ao abordar a dialética entre classes sociais e regiões na Bélgica vinculando o surgimento e as trajetórias dos movimentos políticos territorializados ao desenvolvimento desigual das duas regiões que compõem o espaço belga, Flandres e Valônia. Se o regionalismo constitui movimento essencialmente político, parte substancial de seus elementos determinantes relaciona-se à economia.

Daí ter Massey (1978) associado o termo regionalismo à “...análise da diferenciação espacial intranacional” (p. 106), sublinhando que o campo de utilização do conceito abrange tanto os “...mecanismos pelos quais o processo de acumulação [de capital] gera o desenvolvimento espacial desigual...[quanto] os efeitos dessa desigualdade no desenvolvimento de uma formação social nacional e de áreas particulares no seu interior” (ibid.). Daí, também, ter Slater (1983) focalizado a questão regional na América Latina, principalmente o caso peruano, procurando transcender o nível político-ideológico na explicação e apoiando a análise nas tendências relacionadas à acumulação de capital, com referência particular aos efeitos

da desigual penetração das relações capitalistas de produção e da concorrência sofrida pelas atividades produtivas nas regiões onde a vitalidade econômica é relativamente menor. Nenhum dos enfoques mencionados deixou de lado a questão política, central no debate sobre regionalismo, mas os exercícios analíticos/interpretativos sempre revelaram ênfase nas questões econômicas.

As últimas décadas do século XX apresentam processos econômicos em escala internacional que tendem a contribuir para a ampliação das desigualdades de desenvolvimento entre grupos sociais territorializados. Por conseguinte, podem configurar vetores para o surgimento ou a intensificação de movimentos políticos de base territorial. Esses processos podem ser referidos através do binômio globalização-integração. Apesar das diferentes conotações observadas na ampla literatura sobre o assunto, não parece equivocado considerar que globalização significa aumento de conexões e interdependências diversas, em cenário de vertiginosos avanços tecnológicos e mudanças na atuação dos governos, tudo sob o signo de um brutal acirramento da concorrência em todos os níveis. Integração, por seu turno, remete ao fato de que as inter-relações em escala planetária abrigam dinâmicas político-econômicas envolvendo conjuntos de países que, geralmente em situação de proximidade, passam a se relacionar de modo específico, configurando blocos internacionais. Estar-se-ia, neste final de século, diante de uma efetiva “glocalização”, neologismo para forças simultâneas de globalização e blocalização. O aumento das disparidades de desenvolvimento por conta do entrecruzamento dessas forças deve-se ao fato de que são principalmente as regiões mais ricas, ou mais atraentes para o capital, que aparecem como atores efetivos das dinâmicas em curso. A estas, opõem-se regiões e sociedades locais virtualmente excluídas.

Entretanto, a globalização evoca em primeiro lugar o problema das desigualdades entre economias nacionais. Um aspecto disso refere-se à geografia dos fluxos de investimentos externos diretos, cuja intensificação constitui para vários autores traço distintivo desta fase da internacionalização econômica designada globalização (CHESNAIS, 1996). Conforme enfatizado por Altvater (1998), os protagonistas fundamentais (na emissão e na recepção desses fluxos) são os países da chamada Tríade do capitalismo internacional (Estados Unidos, Japão e as principais economias da Europa Ocidental); a maior parte dos países em desenvolvimento se vê “desconectada”, embora certo número participe dos processos globais como fornecedores ou mesmo como espaços produtivos. Um outro aspecto relaciona-se ao papel das diferentes economias nacionais na divisão internacional do trabalho. Lipietz (1983) forjou a expressão “circuito de ramo” para descrever as estratégias do grande capital que se traduzem na especialização simultânea das atividades produtivas distribuídas entre diferentes países ou regiões, conforme a oferta local de condições

vantajosas para cada segmento dos processos de produção. Apesar das estratégias das empresas multinacionais seguirem lógicas diferenciadas, conforme os setores e os objetivos consubstanciados (DUNNING, 1993), a participação das economias periféricas nos espaços de valorização de capital daquelas empresas parece autorizar referências a uma efetiva hierarquização internacional, evidenciada notadamente com relação ao problema da tecnologia (DUNNING, 1994).

No plano infranacional, para além das pressões vinculadas ao aumento da concorrência e do próprio fato das diferentes competitividades regionais, globalização rima com desigualdades em virtude da considerável mobilidade espacial do capital. Traduzida na maior capacidade das empresas de mudarem seus locais de produção (direta ou subcontratada), essa mobilidade tem efeitos importantes na esfera da produção e do emprego, o que é acompanhado de riscos significativos para as sociedades implicadas: “...existem dois perigos que surgem da complacência em relação às conseqüências sociais da globalização. O primeiro, e mais óbvio, é uma reação política contra o [livre] comércio. ...[Entretanto,] há um segundo perigo, talvez ainda mais sério: o de que a globalização venha a contribuir para a desintegração social...” (RODRIK, 1997, p. 69). É que o próprio desempenho social dos governos, já afetado pelo abandono de diversas funções públicas em meio à atmosfera neoliberal vigente, resulta ainda mais comprometido devido a problemas associados, entre outras coisas, aos impactos da mobilidade do capital na arrecadação de taxas e tributos. E isso ocorre justo em contexto onde, haja vista as pressões concorrenciais e por reestruturação vinculadas à própria globalização, diferentes segmentos sociais vêm-se expostos a níveis particularmente elevados de adversidade. Assim, não surpreende que governos tornem-se quase reféns das empresas multinacionais. Atrair investimentos estrangeiros impõe-se como palavra de ordem e, por conseguinte, deflagra-se competição encarniçada visando seduzir o grande capital. Entretanto, não se trata de iniciativa impune: a *governance*, isto é, “...a capacidade dos governantes...para definir uma política econômica de modo autônomo e colocá-la em prática...” (MICHALET, 1994, p. 26), tende inexoravelmente ao enfraquecimento.

Portanto, o problema da inserção das economias nacionais na dinâmica da globalização desdobra-se nos da participação das regiões nos processos relacionados e das implicações afloradas nesta esfera. Assim como há países que parecem não interessar ao capital internacional, também em nível inter-regional o envolvimento seletivo constitui regra, pois há regiões que não reúnem - pelo menos de modo significativo - elementos de atratividade para as empresas em processo de reestruturação produtiva e espacial. São aquelas mais bem dotadas de requisitos locais, em geral nas proximidades das metrópoles, capazes de proporcionar importantes economias externas, que tendem a magnetizar o grosso dos novos

investimentos. Deste modo, a fase de globalização estaria representando o fortalecimento de uma espécie de “economia de arquipélago”, no dizer de Veltz (1996), cujos pilares consistem nas cidades-regiões mais desenvolvidas do sistema internacional, crescente e dramaticamente “distantes” das zonas excluídas ou implicadas só de forma precária.

Considerações desse gênero aplicam-se também aos processos de integração entre países, movimentos em que pelo menos a redução dos entraves aos fluxos de mercadorias através das fronteiras nacionais está sempre em jogo. A liberalização desses fluxos configura contexto frente ao qual as empresas tendem a redefinir estratégias e a fixar decisões, o que não raro abrange questões locais (no bojo de aumentos de capacidade produtiva ou de redistribuição das capacidades existentes, com aproveitamento dos diferentes fatores locais via divisão espacial do trabalho ou mesmo completa “deslocalização” das atividades). A questão chave é que as regiões são incorporadas à economia da integração conforme a herança espacial de cada país do bloco. E a tendência é que as regiões historicamente mais dinâmicas, com maiores estoques de externalidades, participem de forma privilegiada, canalizando a maioria dos novos investimentos, suscitados ou não pelo próprio processo integracionista. Krugman (1991) argumenta que, uma vez integrados os territórios nacionais, é provável que diversas firmas, agora com acesso franqueado a todas as latitudes de uma área de mercado ampliada, concentrem as suas atividades nos locais onde as condições de atuação são mais atraentes, mesmo que isso represente maiores distâncias a percorrer para servir à totalidade do mercado.

Como se observa, seja por conta da globalização, seja no contexto das integrações regionais supranacionais, o problema da oposição entre integração aos processos internacionais e desintegração no âmbito nacional figura no centro do cenário sócio-político-econômico em diversos países neste ocaso de século. Isso evoca o tema da coesão social e da unidade ao nível dos Estados nacionais, importante até para a compreensão da ação estatal em termos históricos (LIPIETZ, 1986). Um motivo básico da proeminência adquirida por aquele problema vincula-se ao fato de que fissuras sociais e profundas clivagens regionais representam terreno fértil para a emergência, o fortalecimento e até a “explosão” de movimentos políticos territorializados, a partir da percepção dos diferentes grupos sociais sobre as respectivas situações frente aos processos de globalização e integração. As mudanças nas relações dos países com a dimensão internacional figuram na base do referido destaque: Terray (1973) reconhecia há quase trinta anos, em estudo sobre as modificações na idéia de nação causadas pelas próprias transformações do capitalismo, que na fase contemporânea desse modo de produção, onde se observa a integração de setores produtivos e regiões ao mercado mundial, as desigualdades

inter-setoriais e inter-regionais aparecem no centro da questão regional em vários países. Portanto, as diferenciações e as rupturas provocadas ou potencializadas pelo binômio globalização-integração significam combustível, pelo menos em potencial, para movimentos políticos nas regiões adversamente afetadas, ou simplesmente marginalizadas, pelos processos em curso.

A rigor, esses processos permitem recolocar os próprios termos da questão regional (MORENO, 1994). As funções regionais tendem a ser redefinidas de acordo com os interesses do grande capital territorialmente desdobrado em escala planetária: algumas são inseridas em redes globais, “dialogando” diretamente com a esfera internacional praticamente sem a “intermediação” da escala nacional; outras, inclusive próximas daquelas, podem sofrer marginalização irremediável. E no interior mesmo das próprias regiões efetivamente implicadas, tendem a ser observados impactos na forma de transformações profundas nas estruturas sócio-produtivas. Cabe acentuar principalmente que os impulsos de dinamização relacionados à globalização e à integração incidem muitas vezes em alguns poucos pontos, mostrando-se restritos os conjuntos sócio-territoriais que verdadeiramente protagonizam as dinâmicas correspondentes. Enquanto alguns conjuntos são fortemente implicados, outros, geralmente a maioria, tendem à exclusão, ou pelo menos ao envolvimento só periférico. Portanto, parece correto o entendimento de que a globalização e a integração representam novidades para a questão regional não somente pela própria renovação desta enquanto problemática candente. Talvez mais importante é que, tendo em vista os novos processos,

“...a questão regional contemporânea...introduz um novo e fundamental papel para a nação - e para seu ator primordial que é o Estado -: salvaguardar a integração nacional de base (a) evitando a explosão da nação, que se produziria pelo desequilíbrio desmedido de suas regiões, e (b) educando a sociedade numa visão atualizada sobre o bem comum; em outras palavras, a questão regional põe a nação frente ao desafio de ser ela quem supere na história o negativo da problemática que a globalização neoliberal trouxe consigo...” (op. cit., p. 32).

## BRASIL: QUESTÃO REGIONAL E CRISE FEDERATIVA

O Brasil configura um interessante caso para debate sobre a oposição entre integração externa e desintegração interna. É país com dimensões continentais e desigualdades de desenvolvimento que suscitam recorrentes crises político-territoriais, enfeixadas em questão regional e crise federativa nunca resolvidas. De outra parte, foi enredado na globalização, entre outras coisas pelos rearranjos produtivos e espaciais das empresas multinacionais e pela reestruturação produtiva decorrente das pressões concorrenciais provocadas pelas mudanças no quadro regulatório. A herança de tensões na ordem federativa faz do turbilhão representado

pela globalização e pela integração no MERCOSUL um foco potencial de profundas fissuras na unidade nacional.

### *Atualidade das questões regional e federativa no Brasil*

A história do federalismo brasileiro alterna períodos de centralização/intervencionismo e de descentralização/maior autonomia para os entes federados (CAMARGO, 1992). A proclamação da República foi seguida de descentralização política e administrativa que permitiu referir ao território nacional, já na aurora do século XX, como um “arquipélago de ilhotas oligárquicas” (OLIVEIRA, 1993, p. 51). Isso mudaria somente a partir dos anos 30, devido às forças de recentralização de poder cujo mote era a unificação do país (OLIVEN, 1992) e também à efetiva integração do mercado nacional (sob o comando do Centro-Sul). Não obstante a articulação de centralismo político e manutenção de focos de poder regional legados por séculos de latifúndio, a centralização acabou se revelando tendência dominante, fato que talvez esteja na base da preservação da estrutura geográfica herdada do período colonial, fenômeno que se revela caso de exceção em termos de América Latina.

A integridade espacial e a prevalência do centralismo não significaram ausência de tensões no interior do mosaico sócio-político-econômico brasileiro. Já no início do século, os sistemas econômicos regionais pouco articulados que compunham o Brasil apresentavam-se consideravelmente diferenciados. Desde os anos 30, pelo menos até meados do século, a diferenciação aumentou, pois “[n]a medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda” (FURTADO, 1987, p. 238): a integração do mercado nacional representou fortalecimento da posição dominante do Centro-Sul, também caudatária de ações do governo federal que desde a Primeira República favoreceram a concentração industrial nas regiões mais ricas (GALVÃO, 1994). Durante a fase de industrialização “pesada” (CANO, 1985), entre o governo Kubistchek e o final dos anos 60, as diferenças inter-regionais de crescimento diminuíram, mas o ritmo da “periferia” não deixou de se vincular ao do “centro capitalista nacional ‘par excellence’” (OLIVEIRA, 1987, p. 75), até porque a própria ação do Estado (desenvolvimentista e do regime militar) contribuiu para reforçar a posição paulista frente às outras regiões (BRET, THERY, 1985).

As disparidades de desenvolvimento sustentaram uma questão regional que desde o século XIX se definiu basicamente por meio das relações entre o Centro-Sul e o Nordeste. Tal questão regional “...é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida” (OLIVEIRA, 1993, p. 45), e sua persistência tende a inspirar análises que consideram o Nordeste como alvo histórico de colonialismo ou

imperialismo interno. De fato, Camargo (1993) faz referência à tese de que as políticas protecionistas que estimularam a industrialização nacional beneficiaram o Centro-Sul e prejudicaram o Nordeste. De outra parte, Paulo Lustosa, deputado federal pelo Ceará no início dos anos 80, argumentou em artigo intitulado “Nordeste: a crônica expropriação” que aquela região, sem nada receber em troca, “...tem assistido a indébita e injusta apropriação de seus recursos para atender a expansão do resto do País” (LUSTOSA, 1980, p. 28), e sugeriu os benefícios que se produziriam para a sociedade regional “...caso o Nordeste fora um país independente” (ibid.). A temática é instigante, ainda mais porque, apesar da “desconcentração” do crescimento industrial de São Paulo para outras áreas nos anos 70 e 80 (DINIZ, CROCCO, 1996; LAVINAS et al, 1997), em boa medida por conta de incentivos e investimentos do governo federal, o Nordeste segue apresentando indicadores sociais bastante precários: por exemplo, de acordo com pesquisa recente, aquela região abrigava, em 1998, 45% dos miseráveis do país (pessoas analfabetas ou com o 1º grau incompleto e, na maioria, com renda familiar até 2 salários mínimos) e tinha 39% de sua população assim caracterizada, percentagens sem paralelo no Brasil.

Não surpreende, portanto, que o debate sobre a distribuição regional dos recursos federais - empréstimos, incentivos fiscais e subsídios - se revele tão acalorado. Os dados indicam que as áreas mais ricas têm sido historicamente beneficiadas, o que alimenta a convicção de que a primazia do Centro-Sul se mantém por conta de “...uma grande iniquidade nas relações entre a União e as instâncias inferiores da Nação, sobremaneira no que diz respeito ao gasto público” (LAVINAS et al., 1994, p. 428). Se é verdade que as transferências correntes da União para os entes federados tendem a ser bem distribuídas, contribuindo para estimular o desenvolvimento de Estados e regiões, os financiamentos públicos são geralmente concentrados no Centro-Sul. Na atualidade, inclusive os recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que objetiva financiar custeio e investimentos), um dos 42 projetos do programa “Brasil em Ação”, têm beneficiado principalmente as regiões Sul e Sudeste: a primeira canalizou 2/3 dos recursos, enquanto o Nordeste captou não mais do que 8%. Ora, os fundos públicos configuram talvez o principal elemento de coesão de uma ordem federativa, como sublinham Affonso e Silva (1995), e principalmente em países onde as disparidades inter-regionais são grandes, circunstância em que as transferências de recursos entre os entes federados constituem requisito para a própria preservação da unidade federativa.

A intensidade do debate sobre a distribuição dos recursos certamente se eleva quando a utilização das verbas destinadas às regiões mais pobres, mais dependentes de recursos da União, torna-se objeto de escrutínio. Auditorias realizadas pela



SUDENE e pelo Tribunal de Contas da União para verificar o destino dos recursos distribuídos pelo FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) concluíram que pelo menos R\$ 550 milhões foram desperdiçados em quatro décadas: 650 empresas beneficiadas (segundo consta, mais de ¼ dos empreendimentos financiados) fecharam as portas por motivos diversos (falência, término dos incentivos fiscais ou, pura e simplesmente, desvio dos recursos). Problemas dessa natureza tendem a suscitar na opinião pública reações que às vezes permitem observar, meio contidas, meio explícitas, simpatias pelo separatismo, principalmente no Sul do Brasil. A crise econômica prolongada desde os anos 80, apesar de intercalada por alguns espasmos de dinamização econômica, e o problema das distorções na representação política no Congresso Nacional, parecem avivar a crítica a um modelo federativo onde recursos orientados para regiões economicamente deprimidas e com enormes carências acabam muitas vezes beneficiando principalmente as elites regionais. Assim, enquanto o Nordeste estaria a abrigar sentimentos separatistas baseados na percepção de que as riquezas regionais são expropriadas por outras regiões, no Sul são principalmente a representação política assimétrica e o desvirtuamento no uso dos recursos públicos que, ao que tudo indica, subjazem às manifestações. Note-se que nenhum caso permite evocar paradigmas de regionalismo como os que reconhecem as regiões conforme a identidade cultural da população e/ou a existência de projeto de autonomia, reflexo da identidade, lastreado na crítica às instituições do Estado central (POCHE, 1983), como se observa em movimentos separatistas de outras latitudes. No Brasil, “[o]s fatores capazes de levar um movimento desse tipo a ganhar expressão, adquirindo um maior apelo popular..., teriam de ser, necessariamente, de natureza estritamente política ou econômica” (BANDEIRA, 1993, p. 210).

Terreno fértil para o agravamento de tensões no âmbito federativo é o da questão fiscal, pedra angular de alguns dos principais estremecimentos que o Brasil tem apresentado no período recente. O esgotamento do modelo centralista e unitário que acabou prevalecendo na história da República abriu caminho, no caudal da redemocratização, para a Carta Constitucional de 1988. Estava em jogo a criação, através da descentralização fiscal, de um novo pacto federativo em lugar do “pacto corporativo” (CAMARGO, 1992) que, em vigor desde os anos 30, entrara em irremediável crise. Entretanto, as ambiguidades da Constituição sobre as funções dos diferentes níveis de poder aprofundaram os desequilíbrios fiscais e acabaram por agudizar os atritos entre o governo federal e os governadores e prefeitos, em ambiente onde cada parte tem procurado ampliar o seu quinhão dos fundos públicos. A descentralização fiscal que beneficiou os municípios representou ampliação das dificuldades para o poder federal, e assim a União tem se mostrado crescentemente empenhada em aumentar os seus recursos, criando situações problemáticas. O debate

sobre a reforma tributária, em curso desde meados desta década, e as disputas em torno do orçamento da União para 1999, ligadas aos cortes decididos em função da crise atual, inscrevem-se nesse problema mais amplo.

Uma situação especialmente problemática, e que até na opinião de observadores internacionais (FISHLOW, 1999) pode ser repleta de conseqüências para a ordem federativa, envolve a disputa entre o governo federal e alguns governadores que tomaram posse no início de 1999. A queda de braço gira em torno das dívidas dos Estados que, embora negociadas com o poder executivo central pelos governadores precedentes, mantêm-se insustentáveis caso não ocorra outra revisão nos termos de pagamento. Intransigências de lado a lado envolveram decretação de moratória e retenção de parcelas de recursos federais, como os vinculados ao Fundo de Participação dos Estados, além de outras investidas. A suspensão pelo poder federal de contratos já assinados com Estados, e o aviso oficial a organismos internacionais de financiamento sobre os riscos de inadimplência de entes federados, representaram preocupante escalada no embate: na opinião de Romano (1999), a segunda iniciativa significou nada menos do que traição, quebra da confiança que forçosamente deve existir na convivência federativa. Na verdade, os Estados vivem uma crise monumental, e o próprio governo federal não é isento de responsabilidades, já que inclusive estimulou o endividamento via Antecipações de Receitas Orçamentárias junto a bancos comerciais a taxas de juros elevadas, ao mesmo tempo em que restringiu, durante certo tempo, empréstimos de longo prazo e emissões de títulos (LACERDA, 1996).

As posições de vários observadores sobre tais questão não divergem no essencial: o princípio federativo encontra-se em crise no Brasil.

#### *Implicações da globalização-integração: os riscos de exacerbação das tensões*

Tendo em vista o histórico de tensões e fragilidades na costura federativa brasileira, e a perenidade da questão regional no país, a globalização e a integração ao MERCOSUL representam poderosas forças suplementares de perturbação da unidade nacional e de esgarçamento do tecido social.

Embora uma certa desconcentração industrial tenha ocorrido nas décadas de 70 e 80, conforme assinalado, as disparidades entre o *core* nacional e regiões como o Nordeste e o Norte não só continuam a existir, como, desde o início dos anos 90, parecem apresentar tendência à ampliação (LAVINAS et al., 1997). Alguns trabalhos sugerem que pelo menos desde 1985 vive-se no país uma reversão do processo de convergência inter-regional iniciado décadas antes, um fenômeno que Barros (1997a) atribui às melhores condições apresentadas pelo Centro-Sul à modernização dos processos produtivos da indústria brasileira imposta pelo aumento da concorrência,

em especial a concentração de mão-de-obra qualificada. Nos anos 90, a reestruturação produtiva forçada pelas mudanças macroeconômicas e pela busca de inserção competitiva na economia mundial deve estar repercutindo do mesmo modo, pois é na área historicamente mais industrializada do país que os novos investimentos vêm se concentrando (AZZONI, FERREIRA, 1997). Isso quer dizer que os ajustes produtivos do período atual podem galvanizar a interrupção da trajetória de desconcentração do período anterior e retardar qualquer possibilidade de retomada, o que rimaria com preocupante agravamento das desigualdades inter-regionais até mesmo porque o país carece, e já há tempo, de política de desenvolvimento de amplitude nacional. Portanto, os riscos de agudização do caráter fragmentado da economia brasileira não são pequenos, como salienta Pacheco (1996).

Também na dinâmica de integração ao MERCOSUL a participação dos subterritórios nacionais revela-se diferenciada. É a porção meridional do Brasil que compõe o “epicentro” da integração, área que, apesar de evidente heterogeneidade interna, configura o principal teatro das ações mais importantes dos processos ligados à integração, entre eles os acordos de cooperação e as parcerias interfirmas e interinstitucionais, para não falar do comércio, tendo em vista que a maior parte da capacidade produtiva nacional encontra-se instalada no Centro-Sul. É importante destacar que o MERCOSUL reforça a tendência à concentração regional dos novos investimentos. A reestruturação da indústria automobilística em escala planetária, caracterizada pela instalação de novas fábricas em certos países da periferia da economia mundial, oferece ilustração suficiente. No Brasil, é notável o crescimento (efetivo e anunciado) do setor desde o início da década em curso, em meio à ampliação da internacionalização produtiva da economia nacional, traduzida nos crescentes fluxos de investimentos externos diretos (LAPLANE, SARTI, 1997). Entretanto, a distribuição regional tem privilegiado um “eixo” que interliga o Sul de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, a porção do território brasileiro melhor equipada de “fatores locais”, relacionados à própria concentração industrial, e que compõe a grande “mancha” urbano-industrial transfronteiriça que corresponde ao centro de gravidade do esquema integracionista no Cone Sul. Não surpreende que entre os argumentos das empresas automobilísticas quanto à escolha dos novos locais de produção tenham figurado, quase invariavelmente, alusões ao MERCOSUL. É que a integração econômica macro-regional foi incorporada às estratégias das firmas do setor em escala de América do Sul; as unidades produtivas tendem a interagir de forma dinâmica, principalmente as instaladas no Brasil e na Argentina, em processo que envolve especialização e complementaridade entre as instalações de ambos países (VIGEVANI, VEIGA, 1997).

É claro que não é somente o Centro-Sul que figura na rota dos investimentos

industriais no país. Por exemplo, as transferências de empresas desta região para novas localizações em áreas menos industrializadas há tempo freqüentam as páginas dos jornais. Assim, em meados dos anos 90 o Ceará apresentava-se como promissor pólo calçadista, em boa medida devido aos deslocamentos de capacidades produtivas de firmas paulistas e gaúchas motivadas principalmente pela mão-de-obra numerosa e pelos baixos salários dos municípios do interior daquele Estado, assim como pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Da mesma forma, Minas Gerais suplantou São Paulo na oferta de empregos industriais em 1996 tendo em vista, entre outros fatores, transferências ou a instalação de filiais de empresas paulistas. Na base do processo encontravam-se impostos mais baixos e um diferencial médio no custo da mão-de-obra de quase 50%. Assim, à euforia desencadeada pela oferta de postos de trabalho em municípios do sudoeste baiano, por exemplo, em virtude da instalação de fábricas de calçados (QUADROS, 1998), vêm se opondo, no gaúcho Vale dos Sinos, preocupações sobre como proceder para estancar o que é percebido como um verdadeiro êxodo industrial (MARCHAND, 1997). Entretanto, as atividades que buscam as regiões de baixos salários e mão-de-obra numerosa tendem a ser tradicionais, de baixa intensidade tecnológica e representando potencial de vínculos nos tecidos sócio-produtivos locais que não transcendem em muito a subcontratação motivada pela redução de custos. Não há termo de comparação com as atividades ligadas ao setor automobilístico, entre outras coisas no que concerne às possibilidades (pelo menos em potencial) de ativação dos sistemas econômicos regionais, principalmente se as empresas envolvidas implementarem políticas de *outsourcing* incidentes nas próprias regiões.

As desiguais possibilidades de regiões e Estados face às transformações consubstanciadas na globalização e na integração, quer no aproveitamento das vantagens implícitas, quer no enfrentamento dos desafios inerentes, constituem ingrediente da crise federativa vivenciada atualmente no Brasil. Essa crise é atualmente mais generalizada e aguda do que no passado. É mais generalizada porque envolve o desdobramento do histórico embate por recursos tributários entre a União e os entes federados num conflito “horizontal” em que tanto Estados como Municípios aparecem como oponentes fundamentais entre si. É mais aguda porque anteriormente o governo federal tinha capacidade de agir, financeiramente e através de investimentos, para amenizar as pressões, e hoje a ruptura do padrão de financiamento do setor público, para além da própria orientação das atividades governamentais, representa fragilização da capacidade regulatória estatal (AFFONSO, 1994; GUIMARÃES NETO, 1995). A globalização e a integração aparecem como ingredientes do referido conflito sobretudo porque agudizam as diferenças regionais, elemento talvez mais crítico do “cimento” de qualquer nação. Talvez principalmente,

a mencionada “horizontalização” do conflito federativo traduz-se em “guerra fiscal” em que Estados e Municípios lançam-se à caça de novos investimentos com base na oferta de benefícios e incentivos fiscais, como se observa em relação à indústria automobilística (CAVALCANTI, PRADO, 1998). Assim, adentra-se uma fase de “federalismo selvagem” (RODRIGUEZ, 1994) em que não se está distante de práticas efetivamente predatórias, de tipo *beggar-thy-neighbor*. O contexto imediato é o vácuo de orientação mais geral, em nível de país, com respeito ao desenvolvimento industrial e regional.

É crucial considerar que os impactos territorialmente diferenciados da globalização e da integração no Cone Sul parecem aptos a reforçar a questão regional e a afetar a costura federativa do país, pois a globalização e o MERCOSUL significam coisas diferentes para áreas do Centro-Sul e do Nordeste. Barros (1997b), por exemplo, acredita que o Nordeste será beneficiado pela integração, mas reconhece que o impacto será menor nesta região do que nos espaços do Brasil meridional, com resultados evidentes em termos de relações regionais. Daí a advertência de que “[a] questão regional no Brasil já é muito séria e poderá comprometer a integração caso haja uma piora das desigualdades regionais por causa do MERCOSUL” (op. cit., p. 114). O motivo é que no Nordeste “...há uma preocupação generalizada com a questão regional, que muitas vezes se sobrepõe aos interesses setoriais específicos. Desta forma, será mais fácil unir as forças políticas da região em torno de um discurso comum em favor (ou contra) o MERCOSUL do que fazer o mesmo no Sul-Sudeste (...). Consequentemente, a exacerbação da questão regional no Brasil poderá gerar forças políticas contrárias ao MERCOSUL”. (op cit., p. 115). A voltagem política incrustada no problema dos impactos regionais do MERCOSUL pode ser aferida em eventos como o Fórum “Novos Paradigmas do Desenvolvimento Nacional Equilibrado”, realizado em Fortaleza em julho de 1995, quando diversos parlamentares nordestinos propuseram, de acordo com a retórica utilizada, juntar forças, cerrar fileiras, pressionar politicamente o governo federal, de maneira a evitar que o Centro-Sul viesse a concentrar ainda mais o desenvolvimento econômico e seguisse exercitando o colonialismo interno em relação ao Nordeste (FÓRUM..., 1995).

As chances de que isso ocorra são tanto maiores haja vista que nos últimos anos aquela região vem perdendo posição no contexto nacional. Não só a reconcentração industrial dos anos 90 produz efeitos inquietantes, mas também os movimentos de capitais em escala de país e os efeitos da abertura comercial parecem justificar apreensão. Conforme já assinalado, e como reconhece Araújo (1997), são principalmente as indústrias de menor densidade de capital, ávidas por grandes bolsões de mão-de-obra a baixo custo, que se dirigem para o Nordeste, enquanto a

esmagadora maioria dos investimentos de um setor como o automobilístico vai para o Centro-Sul. Quanto à abertura comercial, o problema é que as atividades produtivas que predominam no Nordeste foram particularmente afetadas pela intensificação da concorrência, em termos comparativos. Considerações do mesmo teor abrangem o problema da distribuição dos investimentos em infra-estrutura econômica e na geração/difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, não raro em tom de franca indignação face ao que se identifica como conduta predominante do governo federal: “...o papel esperado do Estado é o de contrabalançar com sua presença a relativa ausência de investimentos privados. E não concentrar-se onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes” (ARAÚJO, 1997, p. 180).

Como se percebe, as análises ostentam a convicção de que, mantida a trajetória em curso, caminha-se para a marginalização ainda maior das áreas menos competitivas, o que sinaliza com possibilidades de fragmentação exacerbada de uma ordem federativa já consideravelmente esgarçada. Em tal contexto, cabe interrogar sobre as próprias chances de preservação de tal ordem.

#### A IRREVOGÁVEL NECESSIDADE DA POLÍTICA

Não há como não postular que é imprescindível, nesta quase aurora do século XXI, o reingresso efetivo das políticas territoriais na agenda governamental brasileira. Trata-se de providência inescapável e urgente, sobretudo em virtude do desmonte que as estruturas voltadas ao planejamento do desenvolvimento e à organização do espaço experimentaram em passado recente no país.

É importante que nessa reintrodução a idéia de equidade seja cuidadosamente preservada, ainda mais porque a dinâmica da globalização e da integração representa, conforme acentuado, envolvimento seletivo de regiões e grupos sociais, logo, risco de agravamento das desigualdades. Entretanto, fortalecer a competitividade das regiões tornou-se um imperativo, e assim a equidade há de referir principalmente às oportunidades iniciais, ganhando força o princípio de que sua “...manutenção no tempo é relacionada ao que cada indivíduo ou coletividade possa fazer” (BOISIER, 1996, p. 93). É certamente inspirado nesse tipo de visão que Gomes (1996) aponta a qualificação dos recursos humanos como ingrediente básico da política de desenvolvimento regional contemporânea.

Entre outras coisas, garantir equidade de oportunidades envolve dotar as diferentes regiões de condições para participar, o tanto quanto possível, da dinâmica da globalização e da integração, enfrentando os desafios e aproveitando as oportunidades. O papel das infra-estruturas (de transportes e comunicações,

qualificação de recursos humanos e ciência e tecnologia, por exemplo) é simplesmente básico. De fato, as infra-estruturas podem auxiliar tanto a redução das diferenças inter-regionais quanto representar avanços em relação ao problema das desigualdades intra-regionais: como sublinha Carleial (1993) a respeito do Nordeste brasileiro, investimentos em infra-estrutura possibilitam que áreas em expansão e áreas estagnadas ou em declínio no interior das mesmas regiões sejam efetivamente interligadas. Isso pode representar chance para que áreas economicamente deprimidas cresçam com alguma rapidez, talvez aos saltos, combinando formas, ou fases, diferenciadas em termos de progresso.

Afigura-se urgente uma política nacional de desenvolvimento através da qual as potencialidades associadas à heterogeneidade regional do país sejam contempladas e aproveitadas (ARAÚJO, 1993). O planejamento voltado para aspectos específicos das regiões continua sendo muito importante. Todavia, o risco que as desigualdades inter-regionais exacerbadas representam para a união nacional e a coesão social torna necessário uma condução em nível mais geral, embora a heterogeneidade deva ser continuamente respeitada e valorizada. Agir assim significa inserir de fato as problemáticas da questão regional e da crise federativa na agenda pública brasileira. Isso se justifica: tendo em vista a herança de desigualdades de desenvolvimento, questão regional e frágil costura federativa que o país ostenta, os impactos regionalmente diferenciados da globalização e da integração trazem embutidas ameaças não negligenciáveis, já que os movimentos políticos de base territorial geralmente possuem fortes bases sócio-econômicas, como se enfatizou.

Recuperar a dimensão nacional do planejamento regional mostra-se importante até na perspectiva das tendências atuais de formulação de políticas de promoção industrial e desenvolvimento. Trata-se de estratégias inspiradas em experiências de *clusters* e distritos industriais (ditos *marshallianos* por alguns autores) observadas em diferentes países e traduzidas no apoio às pequenas e médias empresas, principalmente, e ao crescimento econômico regional de caráter mais “endógeno”. De forma geral, isso implica criar condições favoráveis para vínculos densos (verticais, horizontais e multilaterais) no interior dos sistemas produtivos localizados, visando mobilizar as forças locais em torno de interesses voltados ao desenvolvimento do sistema produtivo regional como um todo. Na base, encontra-se a convicção de que ambientes produtivos onde os agentes são especializados e atuam de forma complementar, amparados por sólida e ativa base institucional, tendem a estimular o desenvolvimento local-regional: a competitividade é favorecida, e isto é básico face aos desafios associados à globalização e à integração. Daí grande parte das políticas atuais de desenvolvimento praticamente confundir-se, em vários países, com iniciativas de criação de condições para o adequado desempenho de empresas

concentradas setorial e geograficamente.

O governos centrais devem atuar em relação à problemática dos *clusters* e distritos industriais porque, na ausência de coordenação em escala mais ampla, tende-se ao aumento das desigualdades territoriais: as regiões melhor estruturadas, com *clusters* ou distritos industriais de maior vitalidade, apresentam-se em situação vantajosa frente às novas condições. Assim, entre outras estratégias, o poder central deve canalizar para as áreas mais necessitadas, mas que revelam potencialidades, iniciativas de política baseadas na percepção de que *clusters* e distritos industriais são configurações produtivo-territoriais que favorecem o desenvolvimento industrial e regional. A “criação” ou o fortalecimento de contextos sociais e institucionais que possibilitem cooperação industrial e estimulem o desenvolvimento inscrevem-se nesse tipo de iniciativa; isso poderia ocorrer mediante projetos complementares concebidos e implementados em diferentes níveis da administração pública, envolvendo a participação de variados tipos de agentes. O governo central deve atuar também no sentido de fomentar e sustentar redes industriais que articulem diversos sistemas produtivos locais: segundo Bianchi (1997), “uma estratégia industrial...[que envolva a] criação de redes industriais tem um papel crucial para o desenvolvimento econômico e social de um país...” (p. 20). Em suma, a promoção dos *clusters* e distritos industriais deve estar inserida em políticas de abrangência nacional.

Articular áreas dinâmicas e promover o envolvimento de áreas em dificuldades envolve, como é evidente, *governance* (LIPIETZ, 1994). Isso quer dizer que as escolhas protagonizadas ao nível político são fundamentais para o destino dos grupos sociais territorializados e para o desenvolvimento. Assim, não basta propugnar o reingresso do planejamento regional na agenda pública, como aspecto da política nacional de desenvolvimento. É importante focar o seu conteúdo, os objetivos buscados e os meios empregados, até porque o Brasil registra experiências de políticas nacionais com dimensão regional que pouco representaram em termos de desigualdades sócio-territoriais. Fazendo referência ao Nordeste brasileiro, Carleial (1993) tangencia aspecto importante do problema em foco quando considera que, em geral, só as elites regionais reivindicam e se fazem ouvir. Falando em nome da região, como se compusessem o que Gramsci (1987b) chamaria de “bloco histórico regional”, utilizam normalmente a força política que concentram para assegurar iniciativas do Estado voltadas aos seus próprios interesses. Essa, aliás, parece a regra em diferentes países: Gore (1984) postula que a própria compreensão do planejamento regional exige a análise da composição dos grupos políticos em escala de região e a identificação do uso que fazem dos problemas e da identidade regional, como instrumentos de mobilização e pressão política.

Talvez mais do que nunca, na fase contemporânea da trajetória do capitalismo



os problemas regionais não são apenas regionais, e sim de âmbito nacional. O potencial de desestruturação econômica e fragmentação político-social incrustado nas transformações recentes impõe considerar essa dimensão. A reação em escala de país deve refletir o tamanho dos novos desafios. Fortalecer o Estado, restaurando a sua capacidade de intervenção, e promover um desenvolvimento não excludente devem figurar como aspectos essenciais de qualquer projeto em sociedades que, como a brasileira, percebam a necessidade de salvaguardar a integridade nacional e a coesão social frente aos imperativos da globalização e da integração.

### Referências bibliográficas

- AFFONSO, Rui de B. A. “A crise da federação no Brasil”. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 2, 1994, p. 321-337.
- AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. R. (orgs.). **Reforma tributária e federação**. São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ALTVATER, Elmar. “The megatrend of globalization and the freedom of action achievable through regional integration”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 2, junho 1998, p. 5-24.
- AMIN, Samir. **La desconexión**. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional/IEPALA, 1988.
- ARAÚJO, Tânia B. de. “A expetiência de planejamento regional no Brasil”. In: LAVINAS, Lena et al. (orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR: HUCITEC, 1993, p. 87-95.
- ARAÚJO, Tânia B. de. “O Nordeste Brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas”. In: FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **Inserção na economia global: uma reapreciação**. São Paulo, Série Pesquisas, n. 8, 1997, p. 157-188.
- AZZONI, Carlos R., FERREIRA, Dirceu A. “Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil”. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, n. especial, julho 1997, p. 55-85.
- BANDEIRA, Pedro S. “A ressurreição do separatismo no Brasil”. **Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural**, v. 20, n. 4, 1993, p. 206-215.
- BARROS, Alexandre R. “Desigualdades regionais no Brasil: causas da reversão da tendência na última década”. XXV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Recife, dezembro de 1997a, **Anais...**, v. 1, p. 41-60.
- BARROS, Alexandre R. “Os impactos do Mercosul no Nordeste brasileiro”. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Comércio internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1997b, p. 107-173.
- BECATTINI, Giacomo. “Le district marshallien: une notion socio-économique”. In: BENKO, Georges, LIPIETZ, Alain (dirs.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 35-55.
- BIANCHI, Patrizio. **Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las Pymes. Aprendiendo de la experiencia europea**. Buenos Aires, CEPAL, Documento de Trabajo n. 72, agosto de 1996.
- BIANCHI, Patrizio. **Industrial policy initiatives in support of small and medium-scale industry: impact of changes in industrial structure and integration on SMI clusters**. UNIDO Conference: New Trends and Challenges in Industrial Policy, Vienna, 16-17 October 1997 (mimeo).
- BIANCHI, Patrizio, TOMMASO, Marco R. di. “Política industrial para las PYME en la economía global”. **Comercio Exterior**, v. 48, n. 8, agosto de 1998, p. 617-623.
- BLECHER, Bruno. “Pronaf favorece regiões mais desenvolvidas”. **Folha de S. Paulo**, 16/12/97, p. 1-6.
- BOISIER, Sergio. “La política regional en América Latina bajo el signo de la globalización”. In: FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **A política regional na era da globalização**.

- São Paulo, Série Debates, n. 12, 1996, p. 83-110.
- BRET, Bernard, THERY, Hervé. "Bilan de l'aménagement du territoire au Brésil après vingt ans de régime militaire". **Problèmes de l'Amérique Latine**, v. 78, 1985, p. 115-135.
- CAMARGO, Aspásia. **A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática**. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 20-23 de outubro de 1992.
- CAMARGO, Aspásia. "Pacto federativo para o Brasil do ano 2000". **Estado de São Paulo**, Caderno Especial, 8/8/93, p. 3-4.
- CANO, Wilson. "Imperialismo interno, um equívoco". **Folha de S. Paulo**, 27/7/80, Economia, p. 30.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.
- CARLEIAL, Liana M. da F. "A questão regional no Brasil contemporâneo". In: LAVINAS, Lena et al. (orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR: HUCITEC, 1993, p. 35-58.
- CAVALCANTI, Carlos E. G., PRADO, Sérgio. **Aspectos da guerra fiscal no Brasil**. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAP, 1998.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIPOLA, Ari. "Fundo para o NE desperdiça R\$ 550 milhões em 40 anos". **Folha de S. Paulo**, 17/2/99, p. 1-6.
- DINIZ, Clélio C., CROCCO, Marco A. "Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira". **Nova Economia**, v. 6, n. 1, julho 1996, p. 77-103.
- DUNNING, John H. **The globalization of business: the challenge of the 1990s**. London: Routledge, 1993.
- DUNNING, John H. "Multinational enterprises and the globalization of innovatory capacity". **Research Policy**, n. 23, 1994, p. 67-88.
- FISHLOW, Albert. "O que está em jogo no Brasil". **Folha de S. Paulo**, 14/2/99, p. 1-3.
- FOLHA DE S. PAULO de 26 de setembro de 1998 - Caderno Especial "Mapa da Exclusão".
- FÓRUM NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL EQUILIBRADO, 1995, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- GALVÃO, Olímpio J. de A. "Federalismo desigual e desigualdades regionais no Brasil durante a Primeira República". XXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Florianópolis, dezembro de 1994, **Anais...**, v. 2, p. 462-483.
- GOMES, Gustavo M. "Política regional: pontos de partida para uma abordagem contemporânea". In: FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **A política regional na era da globalização**. São Paulo, Série Debates, n. 12, 1996, p. 203-208.
- GOMIDE, Sandra. "Estados têm de procurar seu caminho para crescer". **Gazeta Mercantil**, 18-20/10/96, p. A-4.
- GORE, Charles. **Regions in question: space, development theory and regional policy**. London: Methuen, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. "Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália". In: ----- **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, p. 109-134.
- GRAMSCI, Antonio. "Alguns temas da Questão Meridional". In: ----- **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, p. 135-165.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. "Desigualdades regionais e federalismo". In: AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995, p. 13-59.
- KRUGMAN, Paul. "Increasing returns and economic geography". **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, 1991, p. 483-499.
- LACERDA, Guilherme. "O federalismo e a crise dos estados". **Gazeta Mercantil**, 30/7/96, p. A-3.
- LAPLANE, Mariano F., SARTI, Fernando. "Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90". **Economia e Sociedade**, n. 8, junho de 1997, p. 143-181.
- LAVINAS, Lena et al. "Federalismo e regionalização dos recursos públicos". XXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Florianópolis, dezembro de 1994, **Anais...**, v. 1, p. 427-437.
- LAVINAS, Lena et al. "Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica". **Texto para Discussão n. 466**, Rio de Janeiro: IPEA, março 1997.
- LIPIETZ, Alain. **Le capital et son espace**. Paris: La Découverte, 1983.
- LIPIETZ, Alain. "Caractères séculaires et conjoncturels de l'intervention économique de l'Etat". **CEPREMAP n. 8621**, Paris, Septembre 1986.

- LIPIETZ, Alain. "O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?". **Espaço & Debates**, n. 3, 1994, p. 10-20.
- LUSTOSA, Paulo. "Nordeste: a crônica expropriação". **Folha de S. Paulo**, 20/7/80, Economia, p. 28.
- MANDEL, Ernest. "The dialectic of class and region in Belgium". **New Left Review**, n. 20, Summer 1963, p. 5-31.
- MARCHAND, Jussara. "Vale dos Sinos ou Nordeste?". **Gazeta Mercantil - Balanço Anual 97: Rio Grande do Sul**, julho de 1997, p. 12-13.
- MARKUSEN, Ann R. "Região e regionalismo: um enfoque marxista". **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 2, maio 1981, p. 61-99.
- MASSEY, Doreen. "Regionalism: some current issues". **Capital & Class**, n. 6, Autumn, 1978, p. 106-125.
- MICHALET, Charles-Albert. "Globalisation et governance: les rapports des Etats-Nations et des transnationales". **Mondes en Développement**, Paris, tome 22, n. 88, 1994, p. 25-33.
- MORENO, Jorge R. S. "El siglo XXI, edad de oro para las regiones?". **Problemas del Desarrollo**, México, v. XXV, n. 99, Octubre-Diciembre 1994, p. 25-33.
- NADVI, Khalid. **Industrial clusters and networks: case studies of SME growth and innovation**. United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), Paper commissioned by the Small and Medium Industries Branch, October 1995 (mimeo).
- NADVI, Khalid, SCHMITZ, Hubert. "Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda". **Discussion Paper** n. 339, Brighton, University of Sussex, Institute of Development Studies, January 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A questão regional: a hegemonia inacabada". **Estudos Avançados**, 7(18), 1993, p. 43-63.
- OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PACHECO, Carlos A. "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". **Economia e Sociedade**, n. 6, junho 1996, p. 113-140.
- POCHE, Bernard. "La région comme espace de référence identitaire". **Espaces et Sociétés**, n. 42, Janvier/Juin 1983, p. 3-12.
- QUADROS, Maria J. "Monumentos ao futuro". **Gazeta Mercantil - Balanço Anual 98: Bahia**, novembro de 1998, p. 16-22.
- RODRIGUEZ, Vicente. "Os interesses regionais e a federação brasileira". **Ensaio FEE**, v. 15, n. 2, 1994, p. 338-352.
- RODRIG, Dani. **Has globalization gone too far?** Washington, DC: Institute for International Economics, 1997.
- ROMANO, Roberto. "Solidariedade ao povo de Minas e Rio Grande". **Folha de S. Paulo**, 8 de fevereiro de 1999, p. 1-3.
- SENGENBERGER, Werner, PYKE, Frank. "Small firm industrial districts and local economic regeneration: research and policy issues". **Labour and Society**, v. 16, n. 1, 1991, p. 1-24.
- SLATER, David. "El Estado y la cuestión regional en América Latina: notas para una perspectiva marxista". **Revista Interamericana de Planificación**, v. XVII, n. 66, Junio de 1983, p. 20-43.
- TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TERRAY, Emmanuel. "L'idée de nation et les transformations du capitalisme". **Les Temps Modernes**, Paris, n. 324, Août 1973, p. 492-508.
- TOLEDO, José R. de. "Minas passa SP e lidera oferta de emprego". **Folha de S. Paulo**, 16/3/97, p. 2-6.
- VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- VIGEVANI, Tullo, VEIGA, João P. C. "Globalização e MERCOSUL: política, indústria automobilística, informação". **Cadernos CEDEC**, n. 59, 1997.
- YANAKIEW, Monica. "Indústrias calçadistas migram para o Ceará". **Gazeta Mercantil**, 27/11/96, p. A-7.